

Comissão apura 5.100 denúncias

Desde 1989 foram abertas 2.557 sindicâncias para apurar comercialização ilegal de lotes

A Comissão de Sindicância que apura irregularidades nos assentamentos do Distrito Federal já recebeu aproximadamente 5.100 denúncias desde que foi criada pelo governador Joaquim Roriz, em outubro de 1989. A partir dessas denúncias foram instauradas 2.557 sindicâncias, das quais 1.500 foram concluídas. Há sindicâncias ainda em processo de formalização, informou João de Deus Torres, presidente da missão.

Nos relatórios feitos quinzenalmente sobre sindicâncias concluídas em um determinado perío-

do a Comissão pode decidir pela retomada e integração imediata de lotes ao Programa de Assentamento, pela desobstrução do lote com a retirada dos ocupantes indevidos e a reintegração dos legítimos proprietários ou pela manutenção dos contemplados por haver cessado a irregularidade.

João de Deus informou que qualquer tipo de comercialização envolvendo lotes do Programa de Assentamento é ilegal. "Quem recebe o lote do governo não pode vendê-lo, alugá-lo ou emprestar para outra pessoa. O beneficiado que vende o lote é excluído do

programa e quem compra além de perder o imóvel também perde dinheiro", explicou. No caso de morte do contemplado o lote então passa para o cônjuge.

O presidente da Comissão de Sindicância chama a atenção dos beneficiados com lotes do Programa de Assentamento para que não se iludam com "corretores" de imóveis, principalmente aqueles que não se identificam. "Tem muita gente se dizendo corretor e agindo de má fé, o que se constitui crime por se tratar de propaganda enganosa", enfatizou João de Deus.